

João Alberto decide na terça-feira se aceita denúncias

Presidente do Conselho de Ética afirma que abertura de processos depende da análise das defesas prévias que receberá dos senadores acusados

As acusações contra Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Slhessarenko serão analisadas “com muito cuidado”, segundo afirmou ontem João Alberto Souza, presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Malta e Suassuna foram notificados ontem pelo conselho, enquanto Serys será oficialmente comunicada hoje, quando estará em Brasília. Após a indicação dos relatores, os processos deverão ser concluídos em 30 dias. Ontem, Magno Malta foi novamente à tribuna para se defender, afirmando que “nunca coloquei emenda, nunca participei de máfia de ambulância, nunca falei com ninguém”. A Procuradoria Geral da República poderá solicitar ao Supremo a abertura de novos inquéritos contra parlamentares depois de analisar o relatório da CPI dos Sanguessugas, segundo o deputado Antonio Carlos Biscaia, que entregou cópias do documento ao procurador Antonio Fernando de Souza. **Páginas 3 e 4**



Antonio Fernando de Souza recebe cópias do relatório da CPI entregues por Antonio Carlos Biscaia (D)



João Alberto diz que gostaria de tomar decisão em consonância com membros do conselho

Ideli aplaude megaoperação de combate a fraudes

A Operação Dilúvio, da Polícia Federal, que resultou em dezenas de prisões e na descoberta do maior esquema de fraudes no comércio exterior, foi aplaudida pela líder do PT, Ideli Salvatti. Ela disse que o combate aos desmandos está sendo intensificado. **Página 6**

A votação da proposta que trata dos incentivos fiscais nos estados foi solicitada ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Pará, José Conrado Azevedo (na foto, à esquerda), ao presidente do Senado, Renan Calheiros. O senador Luiz Otávio (D) participou da audiência. **Página 8**



Gerardo Magela

Acusado de mentir em CPI, Okamoto pode ser processado

PSDB, PFL e PPS vão encaminhar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) representação contra o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, por perjúrio. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do PSDB, Tasso Jereissati, segundo o qual Okamoto mentiu na CPI dos Bingos sobre pagamento de dívida do presidente Lula. Para ele, trata-se de “escândalo gravíssimo”. **Página 5**

Senador quer “prorrogar para 2010 ou 2011” prazo para que os estados possam se apropriar de créditos de ICMS relacionados ao consumo de energia e serviços de telecomunicações

Luiz Otávio defende votação de projeto que beneficia os estados

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) defendeu ontem a votação, durante o período de esforço concentrado, de 4 a 6 de setembro, do projeto que prorroga o prazo para que os estados possam se apropriar dos créditos de ICMS relacionados ao consumo de energia e serviços de telecomunicações. Pela legislação em vigor, esse prazo se encerra em 31 de dezembro. O parlamentar ressaltou que, como a lei obedece ao princípio da “noventena”, é necessário que a proposta seja votada em setembro.

Segundo Luiz Otávio, se a proposição (PLS 68/06) não for aprovada logo, os estados perderão um total de R\$ 17 bilhões em 2007. O texto, de Rodolpho Tourinho



Luiz Otávio: sem a aprovação do projeto, os estados perdem R\$ 17 bilhões em 2007

(PFL-BA), tem como relator Valdir Raupp (PMDB-RO).

– Temos de prorrogar o prazo para 31 de dezembro de 2010 ou 2011 – declarou Luiz Otávio.

Para que a votação ocorra

durante o período de esforço concentrado, o parlamentar disse ser necessário que todos os governadores se articulem com suas respectivas bancadas no Congresso.

Pará Rural

Luiz Otávio também defendeu a aprovação do financiamento de US\$ 60 milhões do Banco Mundial para o Programa Pará Rural. Os recursos serão utilizados, de acordo com o senador, principalmente em infra-estrutura e proteção do meio ambiente. O parlamentar manifestou sua preocupação com o fato de o Programa Pará Rural não estar incluído no plano plurianual do estado, mas disse ter “certeza de que esse obstáculo será superado”.

Marcos Guerra louva gestão do governador Paulo Hartung

Marcos Guerra (PSDB-ES) registrou ontem, em Plenário, a posição privilegiada em que se encontra o estado do Espírito Santo, como decorrência da gestão do governador Paulo Hartung. Segundo o senador, Hartung conseguiu reverter uma situação de inadimplência e insolvência, transformando o estado em pólo de desenvolvimento sustentável, com a geração de emprego e renda, e fazendo com que o Espírito Santo seja um dos estados com maior mobilidade social do país. – Percorri boa parte do estado

e vi o quanto progredimos em período tão curto – afirmou.

O estado teria saído de uma dívida interna de R\$ 1,2 bilhão com a União, sem crédito nacional e internacional, para “uma posição invejável” em relação aos demais estados do país, com previsão de investimentos de R\$ 44 bilhões até 2010 e geração de 111 mil empregos, segundo Marcos Guerra.

– O volume de investimentos é superior aos grandes projetos nas décadas de 70 e 80. É o maior da história capixaba – ressaltou.



Para Marcos Guerra, o estado do Espírito Santo superou situação de insolvência

Marcos Guerra destacou a recuperação da credibilidade institucional do estado e a melhoria da condição de vida da população. O senador afirmou que a interiorização do desenvolvimento resultou no desestímulo à migração para os grandes centros.

Lobão lembra Dia do Maçom e elogia ministras do STF e STJ

Edison Lobão (PFL-MA) lembrou o Dia do Maçom, comemorado em 20 de agosto, que será celebrado em sessão especial do Senado (em data ainda a ser definida), por iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Além de destacar o lema da Maçonaria – “liberdade, igualdade e fraternidade”, emprestado à Revolução Francesa –, Lobão assinalou a luta do movimento pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social do ser humano.

– A Maçonaria é hoje um modelo na formação social e moral do jovem – afirmou.

Ministras

Em seu discurso, o senador também exaltou “a coragem e a



“Maçonaria é um modelo na formação moral do jovem”, ressaltou Lobão

competência” das ministras Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Cármen Lúcia Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), nos episódios da prisão de autoridades de Rondônia, acusadas de desviar recursos públicos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

O Senado realiza sessão não-deliberativa às 14h, destinada à leitura de expediente e a discursos dos senadores. Entre os parlamentares inscritos estão os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP). A análise de propostas deve ser retomada no próximo esforço concentrado, previsto para a primeira semana de setembro.

Indicações para o Prêmio Bertha Lutz

As entidades governamentais e não-governamentais podem enviar ao Senado suas indicações para o prêmio “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, que o Plenário da Casa oferece anualmente àquelas que se destacaram na luta pelo direito das mulheres. Maiores informações pelo endereço http://www.senado.gov.br/comunica/bertha_lutz.

CPI dos Sanguessugas

Até o dia 29 deste mês, a CPI dos Sanguessugas pretende mapear a participação dos membros do Poder Executivo – prefeitos, ministros e funcionários – no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas investigado pelos parlamentares.

Visite o Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa. Os passeios começam no Salão Negro e incluem visita ao Plenário. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3311-3388.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, João Alberto Souza, Edison Lobão, Sérgio Zambiasi e Sibá Machado e pela senadora Lúcia Vânia

Presidente do Conselho de Ética do Senado diz que consultará os outros membros do colegiado sobre abrir ou não processo contra Suassuna, Serys e Malta

João Alberto decide na terça-feira se aceita denúncias

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que decidirá na próxima terça-feira sobre a aceitação ou não da denúncia formulada contra os três senadores acusados pela CPI dos Sanguessugas. João Alberto afirmou que o regimento dá a ele a prerrogativa de decidir sozinho sobre a abertura do processo ou o arquivamento, mas que gostaria de agir em consonância com os demais membros do colegiado. Também lembrou que sua decisão pode ser contestada por meio de recurso ao próprio colegiado ou ao Plenário do Senado.

O senador afirmou que examinará “com muito cuidado” as acusações contra Magno Malta (PL-ES), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Serys Shlessarenko (PT-MT) contidas no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas, e ressaltou que, após a indicação dos relatores, o Conselho de Ética está obrigado a encerrar os processos em 30 dias, incluídos aí, se



João Alberto: é necessária cautela porque o relatório da CPI é preliminar e só ouviu Vedoin

necessário, procedimentos como audição de testemunhas, perícias e outras ações de prova solicitadas pelos acusados. João Alberto acrescentou que a abertura desses processos ainda depende da análise das defesas prévias que receberá dos acusados.

– A cautela é necessária porque o relatório da CPI, além de preliminar, só ouviu esse Luiz Antônio

Vedoin. Os parlamentares deveriam ser colocados frente a frente com ele – disse João Alberto.

Outra ponderação importante, na opinião do presidente do Conselho de Ética, é que a apresentação do relatório da CPI se deu no período eleitoral e está influenciando nas candidaturas de dois dos três senadores acusados de receber dinheiro para apresentar emendas

ao Orçamento. Serys é candidata a governadora de Mato Grosso e Suassuna concorre à reeleição. Malta tem mandato até 2011 como senador.

– Não sou corporativista e não darei guarida a quem tem culpa, mas os colegas são candidatos e isso tem que ser levado em conta – argumentou o senador, que teme o prejuízo que uma acusação errônea possa causar aos senadores.

Ex officio

Suassuna, que era titular do conselho, já se afastou para evitar suspeita de julgamento imparcial. Serys, que é suplente, continua integrando o órgão.

Segundo João Alberto, os integrantes do PT – senadores Sibá Machado (AC), Ana Júlia Carepa (PA) e Fátima Cleide (RO) – pediram para não serem designados como relatores.

– Caso tenha dificuldades em encontrar relatores, farei a designação *ex-officio* [imposta] – explicou o presidente do conselho. De acordo com João Alberto, os relatores serão designados até a

próxima quinta-feira. Cada um definirá seus cronogramas de oitivas, mas tudo terá de estar encerrado em 30 dias a partir da eventual abertura de processos.

O senador defendeu sua isenção no caso, mesmo sendo do PMDB, partido de Suassuna e da base de sustentação do governo, à qual também pertencem o PT e o PL, partidos de Serys e Magno Malta.

– Vou agir como juiz. Sou membro do conselho há oito anos e o único presidente reeleito.

Notificação

Magno Malta e Ney Suassuna foram notificados oficialmente pelo Conselho de Ética na tarde de ontem. Serys só será notificada hoje, quando estará em Brasília.

Malta apresentou oficialmente sua defesa junto à Secretaria da Mesa do Senado às 18h45. Como resolução do conselho estabelece prazo de três dias para a apresentação de defesa em casos de processos de julgamento, Suassuna poderá fazê-lo até a próxima segunda-feira e Serys até terça.

Procuradoria Geral poderá solicitar novos inquéritos com base em relatório da CPI

A Procuradoria Geral da República (PGR) poderá solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de novos inquéritos contra parlamentares após analisar o relatório da CPI dos Sanguessugas. A informação é do presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que entregou pessoalmente, ontem, uma cópia escrita do relatório e outra em meio magnético ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Segundo a assessoria de imprensa da Procuradoria Geral, Antonio Fernando de Souza poderá solicitar a abertura de novos inquéritos ainda esta semana, se houver tempo hábil para analisar todo o relatório.

Até agora, o STF abriu inquéritos contra 57 parlamentares acusados de elaborarem emendas ao Orçamento para a compra de ambulâncias com preços superfaturados. Mas a CPI instalada no dia 22 de maio para investigar o esquema de fraudes ampliou os trabalhos e resolveu encaminhar o nome de 72 congressistas, 69 deputados e três senadores, às Mesas Diretoras do Senado e da Câmara com indicação de abertura de processo disciplinar

pelos respectivos conselhos de Ética por quebra de decoro parlamentar.

– O procurador disse que todo o nosso trabalho vai instruir os processos já em andamento e, com base nos documentos apresentados pela CPI, poderá pedir a abertura de novos inquéritos por prática de conduta criminal – afirmou Biscaia.

Prefeituras

Segundo o presidente da comissão, o procurador externou ainda sua preocupação com o grande número de prefeituras envolvidas na chamada máfia das ambulâncias.

– Antonio Fernando de Souza não adiantou quantas prefeituras estão sendo investigadas, mas disse que o volume é muito grande e alguns estados [por meio das procuradorias regionais] já estão investigando a participação dos prefeitos – informou Biscaia.

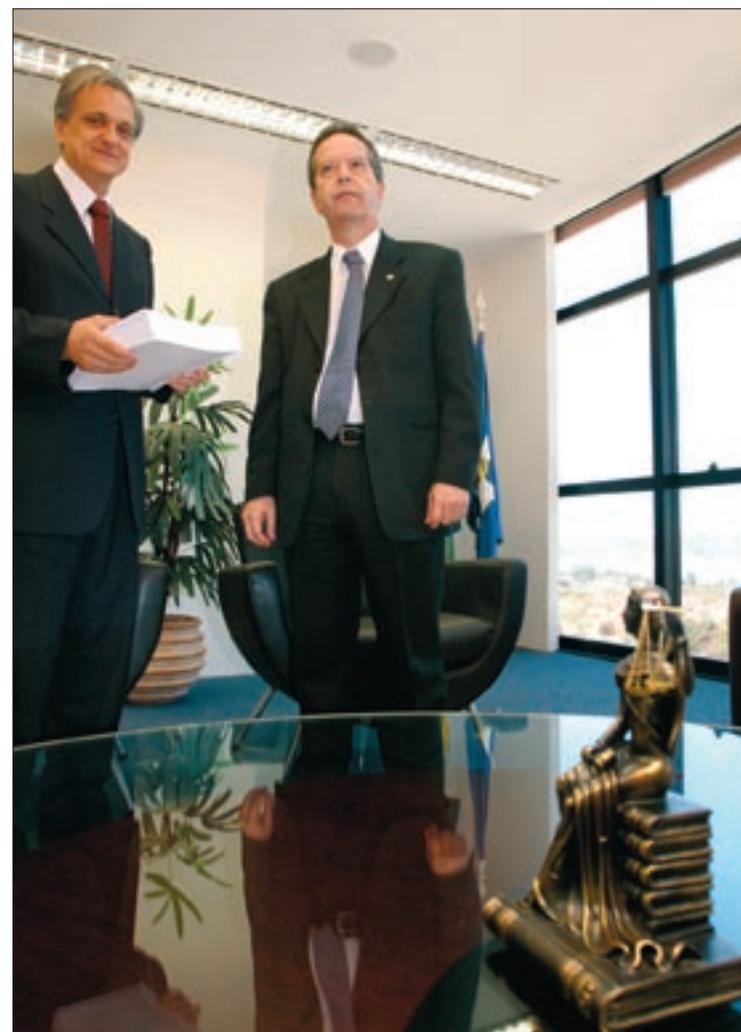
O presidente da CPI mista disse ainda que a segunda fase de investigações da comissão, que até o dia 18 de dezembro vai analisar a participação do Poder Executivo no esquema de fraudes, poderá ainda notificar novos parlamentares, caso surjam provas consistentes contra eles.

Questionada sobre qual o procedimento adotado com relação aos parlamentares que renunciarem a seus mandatos para escaparem da cassação e, assim, não perderem seus direitos políticos, a assessora de imprensa da Procuradoria Geral, Gisele Siqueira, explicou:

– O processo criminal não se extingue nunca. Enquanto têm fórum privilegiado, os parlamentares são julgados pelo STF. Se renunciaram ao mandato ou não se reelegerem, perdem essa prerrogativa e o processo contra eles passa a ser julgado pela primeira instância da Justiça Federal.

No Congresso, os processos são automaticamente arquivados com a renúncia do parlamentar, desde que esta seja solicitada antes da abertura do processo disciplinar pelos respectivos conselhos de Ética.

Assim, esses parlamentares não perdem os direitos políticos por oito anos, conforme previsto em legislação, e podem concorrer a novos mandatos. No entanto, no caso de reeleição, existe a possibilidade de desarquivamento dos processos disciplinares, caso haja pedido formal nesse sentido às Mesas Diretoras.



Biscaia (D) entrega cópias do relatório ao procurador-geral da República

Reunião da comissão marcada para o próximo dia 5 tem na pauta a análise de 107 requerimentos e a definição do cronograma da segunda fase de investigações

CPI dos Sanguessugas vota requerimentos em setembro

A fim de evitar falta de quórum para a votação de requerimentos importantes durante o período eleitoral, como ocorreu ontem, o presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), marcou a próxima reunião do colegiado para o dia 5 de setembro, durante a semana de esforço concentrado do Congresso, quando deputados e senadores estarão em Brasília para a votação de projetos importantes.

Dois assuntos estão na pauta da reunião da CPI: a votação de 107 requerimentos e a definição do cronograma da segunda fase de investigações, que se estenderá até o dia 18 de dezembro. Entre os requerimentos a serem votados, há vários considerados polêmicos porque solicitam a convocação dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa e Saraiva Felipe, ambos do atual governo, para prestar esclare-

cimentos sobre fatos que ocorreram no ministério durante a gestão deles. Apesar de não haver requerimento para se convidar também o ex-ministro da Saúde José Serra, do governo Fernando Henrique Cardoso, alguns membros da comissão de inquérito defendem essa convocação, uma vez que há indícios de que o esquema de corrupção teria começado no ano 2000.

A CPI dos Sanguessugas foi instalada no dia 22 de maio com o objetivo de investigar denúncias de irregularidades no uso de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados. No início das investigações, acreditava-se que o esquema envolvia somente a área da Saúde, mas, hoje, a comissão já sabe que o grupo de fraudadores atuava também em outros ministérios e que o esquema abrangia ainda recursos extra-orçamentários.

Requerimentos

Na última terça-feira, Biscaia anunciou que começaria a deliberar sobre os requerimentos de natureza mais técnica, que não precisam de aprovação dos demais parlamentares. Entre eles, vários perderam o objeto por já terem sido atendidos, como um que solicita a degravação do depoimento que o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio da Planam – empresa apontada como organizadora do esquema de fraudes –, prestou à Justiça de Mato Grosso.

Outros requerimentos são polêmicos e precisam da presença de pelo menos 50% dos membros da comissão, composta por 18 deputados e 18 senadores, para serem votados. É o caso, por exemplo, dos que solicitam a convocação dos ex-ministros da Saúde.

O atraso na votação de requerimentos

pode prejudicar os trabalhos da CPI. Na terça-feira, o sub-relator de Investigação da Participação do Poder Executivo na Máfia das Ambulâncias, deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), anunciou que pretendia viajar para Cuiabá na próxima semana para ouvir representantes da Justiça e do Ministério Público daquele estado e, novamente, José Darci Vedoin e seu filho Luiz Antônio Trevisan Vedoin, donos da Planam.

No entanto, o deputado descobriu que a falta de votação de um requerimento para oficializar sua iniciativa acabou por impedir a viagem. A única alternativa agora seria, segundo analisam técnicos da CPI, viabilizar um convite para a viagem, feito pela Justiça de Cuiabá, ou mesmo a realização de novos depoimentos dos dois empresários à polícia daquele estado. Nesse caso, a comissão poderia acompanhar a tomada dos depoimentos.

“Nunca participei de máfia de ambulância”, reitera Magno Malta

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Magno Malta (PL-ES) voltou a negar qualquer tipo de envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias, investigada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas.

– Eu nunca coloquei emenda, nunca participei de máfia de ambulância, nunca falei com ninguém – garantiu o senador.

Em discursos anteriores no Plenário do Senado, Magno Malta já havia esclarecido que o carro que ele supostamente teria recebido da Planam (empresa acusada de encabeçar a máfia das ambulâncias) fora a ele emprestado pelo ex-deputado Lino Rossi (PP-MT) e devolvido há mais de um ano, em Cuiabá.

O senador apresentou ontem na tribuna recibo da empresa Transgrancap comprovando que ele devolveu o carro um ano e três meses atrás.

Magno Malta também reafirmou não compreender o motivo de ter sido citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas. De acordo com o senador, ele não



Malta apresenta recibo comprovando devolução de carro que foi emprestado por ex-deputado

se enquadra em nenhum dos três critérios utilizados pela comissão de inquérito para incluir parlamentares no relatório: ter recebido dinheiro em conta ou na conta de assessores; ter, por ação ou omissão, permitido que assessor ou funcionário recebesse benefícios ou vantagens; utilizar servidores ou terceiros para recebimento de dinheiro ilícito em espécie ou em contas bancárias.

Antonio Carlos quer investigar compra de ônibus por ministério

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem o aprofundamento das investigações sobre denúncias de superfaturamento na compra de ônibus pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), dentro do programa Inclusão Digital. O senador acusou o governo federal de esconder os veículos, equipados para o ensino de informática a jovens carentes. Ele defendeu a necessidade de averiguação *in loco* pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para confirmar a efetividade das aquisições.

– Nós queremos ver esses ônibus que foram comprados com o dinheiro do contribuinte para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Ônibus comprados por preço de novo, mas de terceira mão – disse.

Corrupção

Ao criticar o presidente Lula pela ausência nos debates televisivos com os demais candidatos à Presidência da República, o senador citou, no mesmo discurso, casos de corrupção revelados durante a adminis-



“Ônibus que foram comprados para o Ministério da Ciência e Tecnologia são de terceira mão”, diz ACM

tração petista.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) considerou o caso da compra de ônibus pelo MCT mais grave do que as transações de ambulâncias superfaturadas realizadas pela máfia dos sanguessugas. Ele observou que seria muito mais barato o governo adquirir equipamentos de informática e transportá-los com peruas Kombi alugadas, em vez de investir R\$ 300 mil em cada ônibus.

Simon: deputado citado por CPI se licencia de comissão regional do PMDB

Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ontem em Plenário que o deputado Marcelino Fraga (ES) se licenciou provisoriamente da presidência da Comissão Executiva Regional do PMDB no Espírito Santo. O senador ressaltou que o deputado – acusado de participar da máfia dos sanguessugas –, ao se licenciar, não está reconhecendo automaticamente

sua culpa.

– O deputado fica com muito mais autoridade e credibilidade para fazer sua defesa, sem criar constrangimentos [para o partido] – declarou Simon.

O senador afirmou o mesmo sobre Ney Suassuna (PB) – que, assim como Marcelino Fraga, integra o PMDB. Suassuna, também investigado pela CPI

dos Sanguessugas, licenciou-se por 60 dias da função de líder do partido no Senado, além de renunciar ao posto de titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa.

– Eu disse aos dois [Fraga e Suassuna] que o afastamento não significa que estejam reconhecendo que são culpados – reiterou.

Simon destacou que “no Direito, o cidadão é considerado inocente até prova em contrário, mas que, infelizmente, muitas vezes se publica uma notícia em algum jornal, ou na televisão, no Jornal Nacional, por exemplo, e o coitado do cidadão vai levar a vida inteira tentando provar que não tem nada a ver com aquilo”.



Deputado fica com credibilidade para se defender ao pedir licença, avalia Simon

Heráclito critica ação do PT contra a Transparência Brasil

Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou o PT por não mais aceitar as liberdades democráticas, ao contrário do que fazia quando estava na oposição. Disse isso em referência à ação que o partido move, no estado de São Paulo, contra a organização não-governamental Transparência Brasil, por esta ter pedido aos eleitores o cuidado de não reeleger parlamentares envolvidos nos escândalos do mensalão, da máfia dos sanguessugas e em outras irregularidades.

– Cadê o partido que defendia liberdades democráticas, que destruiu conceitos e vidas e acabou com a reputação de brasileiros que contrariaram seus interesses? De um lado, quer acabar com a imunidade parlamentar; de outro, quer impedir a nação de saber sobre parlamentares envolvidos em escândalos.

Heráclito reclamou ainda de declaração do presidente Lula, que teria se referido à imunidade parlamentar como “vagabundagem”. Ele ressaltou que a imunidade é um instrumento legítimo, que permite ao parlamentar expressar livremente suas opiniões contra o governo.

Mensalão

O senador também exigiu a



Roosevelt Finheiro

Heráclito quer apurar acusação sobre caixa dois da campanha de Lula

apuração das afirmações feitas no horário eleitoral gratuito pelo ex-deputado do PL Valdemar Costa Neto, que renunciou para evitar a cassação de seu mandato por envolvimento no esquema do mensalão. Ele teria dito que seu único pecado foi ter aceito dinheiro do caixa dois de campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva às eleições de 2002.

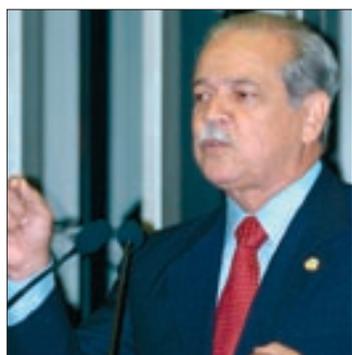
Heráclito Fortes pediu que a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público investiguem denúncia da ex-mulher de Valdemar Costa Neto, que, em depoimento à CPI dos Correios, teria afirmado que o então deputado recebeu dinheiro de Taiwan para a campanha de Lula à Presidência da República.

César Borges diz que, na TV, Lula eliminou o PT de sua biografia

O presidente Lula “riscou o PT da sua história” na campanha eleitoral pela TV, segundo observou César Borges (PFL-BA). No programa do candidato à reeleição, só se falou, segundo o senador, do “Lula retirante do Nordeste”, do “Lula sindicalista” e do “Lula presidente da República”. César Borges ressaltou que a mudança de enfoque foi registrada em manchete pelo jornal *O Globo*.

– A campanha do presidente na TV não informou que Lula foi fundador do PT, que se candidatou várias vezes à Presidência pelo PT. A verdade é que Lula e o PT são irmãos siameses. Mas agora, depois do escândalo do mensalão, do Delúbio, ao presidente Lula não interessa lembrar aos brasileiros que Lula é o PT e o PT é Lula – afirmou.

César Borges acrescentou que, na propaganda eleitoral, o presidente “quer passar a idéia de que ele não tem nada a ver com os escândalos ligados ao PT”, destacando que “até a estrela vermelha quase desapareceu e mudou de cor”. Para o parlamentar baiano, excluir o PT da campanha



Roosevelt Finheiro

César Borges diz que “não interessa lembrar que Lula é o PT e o PT é Lula”

“é desonestidade intelectual”. Ele tachou o presidente Lula de “coronel do século 21”, por “dar Bolsa Família com uma mão e tomar o voto com a outra”.

O senador opinou ainda que o governo “é hoje dominado por dois grupos” – os ex-sindicalistas, que “ganham salários de 30 mil reais nos conselhos das estatais”, e os “tradicionais militantes da esquerda, para os quais os fins justificam os meios”. Para esses últimos, conforme César Borges, “se houver necessidade de comprar votos no Congresso para a manutenção do poder, eles o farão”.

Partidos alegam que presidente do Sebrae mentiu, em depoimento na CPI dos Bingos, sobre o pagamento ao PT de dívida do presidente da República

PSDB, PFL e PPS representam Okamoto por perjúrio

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) anunciou ontem que, juntamente com os presidentes do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e do PPS, deputado Roberto Freire (PE), vai encaminhar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) representação de perjúrio contra o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Conforme a representação, Okamoto teria mentido, em depoimento à CPI dos Bingos, sobre o pagamento de uma dívida do presidente Lula ao PT.

Para Jereissati, ou Okamoto mentiu na CPI dos Bingos, ou Lula mentiu na entrevista ao *Jornal Nacional*, ou os dois mentiram. O senador assinalou as contradições: Okamoto disse que não havia conversado com Lula sobre o pagamento, enquanto Lula afirmou ter conversado com Okamoto sobre o assunto.

Em qualquer caso, observou Jereissati, trata-se de “um escândalo gravíssimo”.

– A banalização da mentira neste país, a partir do presidente da República, é absolutamente inaceitável. As mentiras tornaram-se tão banais que eles se esquecem das versões anteriores.

Jereissati lembrou que nos Estados Unidos basta uma mentira para que o presidente sofra processo de *impeachment*. O senador também protestou contra



Gerardo Magela

Tasso Jereissati: “A banalização da mentira no país é inaceitável”

a utilização de imagens, na propaganda eleitoral de Lula, de obras que não foram iniciadas ou feitas pelo atual governo.

César Borges (PFL-BA) assinalou que as mentiras começaram quando eclodiu o caso de corrupção envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. Segundo o senador, a versão de Okamoto para o pagamento da dívida de Lula é mentirosa e foi montada no Palácio do Planalto. José Jorge (PFL-PE) disse que Okamoto pagou a dívida com dinheiro “que ninguém sabe de onde veio” e advertiu que “mentira tem perna curta”.

Heráclito Fortes (PFL-PI) comentou que a coragem do presidente Lula para enganar o povo “já passou dos limites”. Ele

afirmou que o presidente foge de entrevistas coletivas porque não consegue lidar com a verdade e pediu que a confissão do ex-deputado Valdemar Costa Neto, feita na terça-feira na propaganda eleitoral, de que recebeu dinheiro de caixa dois, seja encaminhada ao Ministério Público.

Convocação

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou que convocará imediatamente Paulo Okamoto para explicar a contradição aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside. Ele acrescentou que requisitará as gravações televisivas do depoimento de Okamoto à CPI dos Bingos e que o assunto deve ser tratado com firmeza.

Sibá Machado (PT-AC) declarou ter confiança na palavra do presidente, que não teria reconhecido a existência da dívida. Jereissati retrucou dizendo que o que se discutia era a contradição entre Lula e Okamoto e não a existência da dívida. Ele disse ainda que Lula mentiu ao afirmar que criou a Controladoria Geral da União (CGU).

– Como todos sabem, a CGU foi criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, quando nomeou a dr^a. Anadir Mendonça para o cargo – frisou.

José Jorge acusa Lula de ter mentido no horário eleitoral

José Jorge (PFL-PE) protestou contra afirmações feitas na terça-feira, no horário eleitoral gratuito, pelo presidente Lula. Na opinião do senador, que é candidato a vice-presidente na coligação que apóia Geraldo Alckmin, Lula tentou iludir o eleitorado, atribuindo ao seu governo realizações que seriam inexistentes.

– Lula mentiu ao se referir ao presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, no *Jornal Nacional* e, depois, sobre obras não realizadas no programa eleitoral gratuito – enfatizou, assinalando que essa postura adotada pelo presidente da República para avançar nas pesquisas eleitorais comprova sua

falta de ética política.

Ele relacionou obras que Lula afirmou ter realizado nos três anos e meio de governo do PT. Entre elas, o parlamentar citou a modernização e ampliação de aeroportos e portos marítimos.

– Em Pernambuco, o aeroporto estava pronto quando Lula assumiu. Quanto aos portos, o de Suape está sendo construído há 30 anos e não recebeu recursos do governo atual.

José Jorge disse que Lula exagerou sobre investimentos nas hidrelétricas em construção.

– Em Itaipu, foi o presidente Fernando Henrique quem inaugurou uma turbina. Lula só investiu



Roosevelt Finheiro

Para José Jorge, Lula faltou com a verdade sobre obras e no caso Okamoto

o equivalente ao que produz uma hidrelétrica de porte pequeno, cerca de 804 megawatts.

O senador ainda criticou o presidente da República por ter anunciado a construção de 9,5 mil quilômetros de estradas. “Na realidade, foi apenas a operação tapa-buracos”.

Ideli elogia a Operação Dilúvio que prendeu dezenas de envolvidos em esquema de sonegação fiscal, falsidade ideológica, evasão de divisas e fraudes

Líder do PT comemora operação da PF e da Receita

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), elogiou a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal por desencadear a Operação Dilúvio, que prendeu dezenas de pessoas, até o início da noite, envolvidas no que pode ser, afirmou a senadora, o maior esquema já constatado no Brasil de fraudes no comércio exterior, sonegação fiscal, falsidade ideológica, evasão de divisas e cooptação de servidores públicos.

A operação, ressaltou, conta com mil agentes da PF e 450 fiscais da Receita Federal, que estão cumprindo mais de 200 mandados de busca e apreensão em oito estados brasileiros e no exterior. Apenas em impos-



Fotos: Moreira/Alciz

Ideli resalta o rigor da PF no combate à corrupção, às quadrilhas e aos crimes

tos sobre exportações, disse, a quadrilha é acusada de sonegar mais de R\$ 1 bilhão, nos últimos

quatro anos.

A senadora frisou que se trata da maior operação capitaneada pela PF na história.

– Numa demonstração inequívoca de que a ação de combate à corrupção, às quadrilhas, aos desmandos e aos crimes está sendo efetuada com rigor e em uma magnitude que nunca tínhamos visto anteriormente neste país – observou.

Ideli elogiou ainda a Operação Saúva, desencadeada na semana passada também pela PF e pela Receita Federal. Ela informou que, nessa ação, foram presos militares, empresários e servidores do governo do Amazonas e da prefeitura de Manaus.

A parlamentar salientou que, pela primeira vez, um coronel do Exército foi preso pela PF em razão de esquemas de corrupção. Os cálculos da Receita, continuou Ideli, mostram que empresas da organização movimentaram R\$ 354 milhões nos últimos seis meses, em crimes como compras superfaturadas de cestas básicas.

A líder do PT também fez referência a matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, informando que o número de filiados ao PT cresceu de 828 mil, em 2002, para 1,048 milhão, em 2006.

– Isso me deixa bastante entusiasmada com o meu partido – destacou.

Heráclito contesta "proezas" do governo Lula

Rebatendo o discurso da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sobre a determinação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de combater a corrupção e desbaratar quadrilhas com a chamada Operação Dilúvio, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que “é preciso separar factóide de vida real”.

– Ao citar proezas que não foram realizadas, a senadora pensa que o povo brasileiro é idiota – acusou Heráclito.

O senador leu ainda matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, intitulada “Dinheiro a conta-gotas”.

A notícia revela que, a quatro meses do fim do ano, o governo federal desembolsou apenas R\$ 63 milhões (6%) dos R\$ 930,2 milhões previstos no Orçamento da União de 2006 para investimentos na segurança pública.

Lúcia Vânia pede que eleitores não anulem o voto

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que está preocupada com a proliferação de comunidades, páginas e mensagens na internet que pregam o voto nulo nas eleições de 1º de outubro.

Lúcia Vânia advertiu que, embora a frustração e a desilusão com a classe política e com as instituições públicas sejam argumento para eleitores defen-

derem o voto nulo, ao adotar essa postura o cidadão está apenas favorecendo políticos comprovadamente corruptos, que compram votos e mantêm esquemas eleitorais com dinheiro público.

De acordo com a senadora, o grau de insatisfação do eleitorado em função da corrupção denunciada no atual governo causa revolta e propicia movimentos

contra o conformismo, como é o caso da pregação na internet a favor da anulação do voto.

– Os 126 milhões de eleitores brasileiros devem ter noção do valor do seu voto. Só eles podem mudar o quadro negativo atual, por meio da fiscalização do seu parlamentar. Por isso, devem votar em candidatos honestos e em bons programas de governo – finalizou.



Só os brasileiros podem mudar o quadro negativo, diz Lúcia Vânia

Interlegis transmite na quarta-feira videoconferência sobre ato médico

O sistema Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – transmite na próxima quarta-feira, por videoconferência, o debate sobre o projeto que trata do ato médico. Os interessados podem assistir à audiência nos auditórios das assembleias legislativas dos 26 estados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O projeto (PLS 25/02), de autoria do então senador Geraldo Althoff, trata da regulamentação do exercício profissional da Medicina e está sendo relatado por Lúcia Vânia (PSDB-GO) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na última terça-feira, o Interle-

gis sediou discussão sobre o tema. Representantes dos médicos e de outros profissionais da área da saúde debruçaram-se sobre um quadro comparativo com as proposições favoráveis e contrárias ao projeto. Na ocasião, Lúcia Vânia elogiou a disposição dos dois grupos em encontrar uma solução consensual.

– Nossa expectativa é levar essa proposta à votação até o fim do ano – disse a senadora.

Já foram realizadas 26 reuniões e audiências públicas em torno da questão. No dia 31 de agosto, ocorrerá a última reunião antes das eleições.

Zambiasi comemora 50 anos da imigração japonesa no RS

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou ontem o cinquentenário da imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

Após fazer uma retrospectiva do processo de estabelecimento dos japoneses no Brasil e no estado, iniciado em agosto de 1956, com a chegada de 2 mil imigrantes, o parlamentar destacou o padrão de excelência da cultura nipônica em diversos setores, tais como o industrial, o comercial e o agrícola.

– Pelos sítios e chácaras espalhados em regiões do nosso estado, muitas famílias de imigrantes japoneses produzem o que há de melhor para a mesa dos gaúchos: hortaliças, frutas, legumes e ver-



Zambiasi destaca a produção agrícola e o cultivo de flores por famílias de imigrantes

duras de padrão internacional, além da sensibilidade empregada no cultivo das flores que decoram e embelezam, para a alegria dos nossos sentidos e nossos corações

– afirmou.

Em seu pronunciamento, ele enalteceu ainda o *status* do idoso na cultura japonesa, cuja experiência de vida – destacou o senador – é muito mais valorizada que nos países ocidentais.

Zambiasi considerou também motivo de orgulho para os descendentes o fato de o Japão proteger e priorizar a família em suas políticas públicas, mantendo 100% das crianças e adolescentes na escola.

– É um país que reconhece a educação como uma poderosa usina geradora de força nacional, afastando seu povo da escravidão, da ignorância e da miséria – elogiou.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

150 mil livros

4 mil obras raras

450 mil fascículos de periódicos

2,7 milhões de recortes de jornal

Informação ao alcance de todos

www.senado.gov.br/sf/biblioteca





Jane Araújo

Matéria deve ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos no início de setembro

CAE examina reserva de verba do FAT para regiões menos desenvolvidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai examinar projeto destinado a estabelecer critérios de distribuição regional para os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para garantir aumento nos investimentos em áreas menos desenvolvidas, a proposição (PLS 52/02), do então senador Ademir Andrade, reserva 2% dos recursos do fundo para projetos na região Norte, outros 2% para o Centro-Oeste e 4% para o Nordeste.

Com previsão de exame no início de setembro, o texto propõe normatizar apenas a repartição dos recursos destinados a financiar programas de geração de emprego e renda pelo FAT.

Ficam de fora das previsões do projeto as dotações que dão suporte ao Programa de Seguro-Desemprego, bem como os recursos que servem para pagar o

abono salarial do PIS e do Pasep. As contribuições do PIS/Pasep representam as principais fontes de recursos do FAT.

Outra parcela excluída dos critérios de distribuição regional são as transferências feitas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar projetos de desenvolvimento, que absorvem pelo menos 40% dos recursos disponíveis do FAT. No projeto, com parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), consta que a arrecadação total do fundo somou R\$ 6 bilhões em 1999.

Essa será a segunda vez que o projeto passa pela CAE. A matéria foi aprovada na comissão em 2002, em decisão terminativa. No entanto, houve recurso para seu exame em Plenário, sendo então aprovado requerimento pedindo o retorno da proposta à CAE.

Paim quer liberdade para mutuário contratar seguro

Aguarda decisão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proposta de Paulo Paim (PT-RS) que permite ao mutuário contratar em qualquer empresa o seguro obrigatório previsto na compra de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Depois de votado, o projeto (PLS 24/06) será submetido à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto altera a Medida Provisória 2.197-43/01 e exige que o seguro livremente contratado cubra, no mínimo, os riscos de morte e de invalidez permanente. Hoje, a liberdade de escolha da seguradora é conferida ao agente financeiro, e não ao mutuário.

Na justificativa do projeto, Paim diz que esse custo não entra no cálculo da taxa máxima de 12% ao ano à qual estão submetidos os contratos do SFH. “Ou seja, quanto mais caro o seguro,



Célio Azevedo

Proposta de Paim, que aguarda decisão na CAE, também será examinada pela CAS

mais oneroso o comprometimento mensal de renda do mutuário, a despeito da limitação legal dos juros”, argumenta ele.

Relator da matéria na CAE, Osmar Dias (PDT-PR) afirma que a proposta de Paim não poderia ser mais oportuna.

– Atualmente, a vinculação da compra do seguro junto à mesma instituição que oferece o crédito imobiliário cria um estímulo para os agentes financeiros venderem o seguro a um preço acima daquele que prevaleceria em ambiente de maior competição – observou.

Senador afirma que experiência do país serve como exemplo e constata que sociedade brasileira tem-se mostrado mais consciente da importância de combater o desperdício

Sibá aponta avanço do Brasil na racionalização de energia

O senador Sibá Machado (PT-AC) apontou, em discurso no Plenário, a “atuação destacada” do Brasil no tocante à racionalização da geração e do consumo de energia. Segundo observou, o país vem implantando, desde a segunda crise mundial do petróleo (final dos anos 70), programas voltados para o uso eficiente de energia. Graças a essa experiência, estaria dando passos decisivos no sentido do uso inteligente de suas reservas energéticas e servindo de exemplo para outras nações.

– Somente a decisão firme de governos e, fundamentalmente, de estudiosos e técnicos é que tornou possível a conquista de novos marcos na racionalização do uso de energia e na capacitação brasileira, a ponto de transformar o Brasil em referência mundial – observou.

Sibá lembrou que, parale-



Roosevelt Pinheiro

Sibá destaca êxito de programa sobre uso de fontes alternativas

lamente, a sociedade tem-se mostrado mais consciente da importância de combater o desperdício e preservar os recursos naturais. Entre as iniciativas de eficiência energética, o senador destacou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), criado em 2004 para diversificar

a matriz energética nacional. A medida prevê a contratação de 3,3 mil megawatts de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), a partir de fonte eólica, da biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas.

Em aparte, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) cobrou mais incentivos e redução da carga tributária para empresas que atuam em reciclagem. Já os senadores César Borges (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI), Tasso Jereissatti (PSDB-CE) e José Jorge (PFL-PE) criticaram a paralisação de empreendimentos de geração de energia no atual governo. Tacharam ainda de “propaganda enganosa” o programa eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria mostrado imagens falsas de obras da refinaria de petróleo em Pernambuco e do metrô em Recife, Fortaleza e Salvador.

Cavalcanti: decisão do STF pode acelerar obras de transposição

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) informou ao Plenário que o ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem mandado de segurança – obtido em instância inferior por uma organização não-governamental – que questionava estudo do Ibama sobre a transposição de águas do rio São Francisco para estados nordestinos. O senador acredita que, com isso, o projeto tem agora condições de ser iniciado.

– Finalmente, uma boa notícia para a Paraíba e estados vizinhos que serão beneficiados pelas águas do São Francisco.

Ele lembrou que, nos últimos tempos, a Paraíba tem sido frustrada em vários projetos de de-

envolvimento, como a Ferrovia Nova Transnordestina, que não vai chegar ao estado. Disse também ter sido frustrante a decisão do governo de excluir a Paraíba e Pernambuco da próxima rodada de licitação para perfuração petrolífera na plataforma marítima dos dois estados.

No caso da transposição do São Francisco, Roberto Cavalcanti observou que o próprio STF já havia decidido concentrar no tribunal todas as ações sobre o caso. Agora, com a decisão do ministro Sepúlveda Pertence, o senador paraibano acredita que as outras ações contra a transposição serão julgadas com rapidez.

Entre essas, encontram-se mandados de segurança apresentados



Geraldo Magalhães

Cavalcanti acha que outras ações contra o projeto serão julgadas com rapidez

na Justiça Federal na Bahia e em Sergipe, os quais impedem o início das obras nesses estados. As ações apontam supostas deficiências nos Estudos de Impacto Ambiental realizados pelo Ministério da Integração Nacional. A licença prévia da obra, emitida pelo Ibama, também foi suspensa nessas ações de entidades que discordam da transposição do rio.

Conheça o Senado Federal.

Você também vai se encantar.

2ª a 6ª feira
Manhã - 9h30 10h30 11h30
Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h

VISITE O SENADO

www.senado.gov.br

Proposta estabelece que comercialização ficará limitada a remédios que dispensam receita médica, conforme tabela a ser divulgada pela Anvisa



Se não for apresentada emenda até hoje, projeto poderá ser votado pelo Plenário no esforço concentrado do início de setembro

Senado vai decidir sobre venda de medicamentos em supermercado

Caso não receba emenda hoje, estará pronto para ser votado pelo Plenário do Senado, no esforço concentrado previsto para o início de setembro, o projeto de lei que permite aos supermercados a venda de medicamentos que não necessitem de prescrição médica. A proposta, apresentada e aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo a proposição, a comercialização de medicamentos por supermercados e outros estabelecimentos, como hotéis e similares, obedecerá à classificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Caberá a esse agente sanitário federal divulgar, em tabela sujeita a alterações, os remédios que dispensam apresentação de receita médica.

Conforme substitutivo ao projeto (PLS 146/06), oferecido na CAS pelo senador Valdir Raupp

(PMDB-RO), armazéns, empórios e lojas de conveniência poderão vender analgésicos e antitérmicos, bem como remédios que não exijam receita médica.

Outro projeto de lei que terá o prazo para apresentação de emenda encerrado hoje é o que propõe a inclusão das crenças entre as expressões culturais brasileiras, mediante alteração de dispositivos da Lei 8.313/91, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A proposta (PLS 69/05), de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), canaliza recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para as fundações culturais de qualquer natureza e para templos. Apesar de ter recebido decisão terminativa da Comissão de Educação (CE), o projeto terá de ser submetido ao Plenário porque houve interposição de recurso nesse sentido.

Cooperativas

Também se encerra hoje o prazo de apresentação de emenda ao pro-

jeito de lei da Câmara (PLC 6/03) do deputado Alberto Fraga (PFL-DF) que trata da administração e do conselho fiscal das sociedades cooperativas. A matéria obteve parecer favorável da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na forma de substitutivo elaborado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

De acordo com o substitutivo, a competência para administrar as cooperativas será do conselho de administração e da diretoria, ou apenas desta, conforme dispuser o estatuto.

A proposta determina que o mandato dos membros do conselho de administração não será superior a quatro anos, enquanto o dos integrantes do conselho fiscal será de até dois anos.

A proposição estabelece que os sócios que comporão os conselhos administrativo e fiscal serão eleitos em assembléia geral, e prevê a renovação de dois terços de seus membros a cada eleição.

Indústria paraense defende votação de PEC que ataca guerra fiscal

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), José Conrado Azevedo Santos, solicitou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, urgência na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata, entre outros pontos, dos incentivos fiscais nos estados. Também participou do encontro o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

De acordo com o dirigente da Fiepa, a lei de incentivos fiscais que havia no Pará foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Sem essa norma, ressaltou ele, fica prejudicada a competitividade das empresas paraenses. Nesse contexto, a PEC (285/04) apareceria como uma solução diante do vácuo causado pela ausência daquela lei.

– As empresas vão ficar sem oxigênio – declarou ele.

José Conrado destacou que, caso a proposta não seja votada logo, os empresários do Pará terão de denunciar ao Ministério Público os outros estados que continuam a ter leis de incentivos fiscais semelhantes à que havia no estado do Pará.

Segundo a Fiepa, a proposição, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, representa uma espécie de minirreforma que poderia acabar com a guerra fiscal entre os estados da federação.



Renan (C) ouve apelo de José Conrado (E), acompanhado de Luiz Otávio

Assassinato de magistrado ou policial pode ser crime hediondo

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou projeto de lei que inclui no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio o fato de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, magistrado, membro do Ministério Público, agente penitenciário, de fiscalização tributária ou do

trabalho no exercício da função ou em razão dela. A proposta aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 35/06) também estabelece, nos casos de homicídio qualificado, o agravamento da pena mínima, que passaria de 12 anos de reclusão para 20. De-

termina ainda que a circunstância qualificadora para o crime de homicídio criada pela proposição seja incluída no rol dos crimes hediondos, a exemplo de outras circunstâncias qualificadoras do artigo 121 do Código Penal que já se fazem presentes na Lei 8.072/90, que dispõe sobre os referidos delitos.

– A intenção do projeto é reforçar a proteção dos agentes públicos integrantes de carreiras de risco, freqüentemente alvejados por criminosos inescrupulosos, por ser medida de forte demanda social e, o que é ainda mais fundamental, medida de revalorização das funções do Estado – argumenta o senador.



Objetivo da medida é reforçar proteção a agentes públicos, afirma Augusto Botelho